

A LEITURA GEOGRÁFICA DOS GASTOS EM SAÚDE: UMA ANÁLISE INTRA-URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro¹ e Raul Borges Guimarães²

A preocupação central da pesquisa que estamos realizando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente é de incorporar categorias geográficas na análise da política de saúde nacional. Para isto, temos elaborado uma reflexão a respeito do tratamento da informação a respeito dos gastos do setor, bem como a sua desagregação mínima no nível municipal. Como parte deste processo de investigação, os resultados que apresentamos neste trabalho dizem respeito ao estudo exploratório realizado no município de Presidente Prudente, no sentido de se vislumbrar as potencialidades da análise intra-urbana como uma referência fundamental na distribuição dos recursos. Como sabemos, a lei 8142/1990, que regulamenta a política nacional de saúde, define um mecanismo de repasse de verbas com base no critério demográfico (um patamar padrão de recursos para cada mil habitantes). O que podemos comprovar, com base no estudo realizado, é de que tal procedimento tem causado um falso aspecto de investimento e reversão das condições excludentes da maioria da população que é atendida pelo SUS, contrariando um dos princípios fundamentais de sua constituição, qual seja, a da maior equidade das condições de saúde dos cidadãos brasileiros.

Para efeito deste estudo exploratório, consideramos neste trabalho o gasto com internações e óbitos de crianças menores de um ano, com doenças do aparelho respiratório. Esta escolha se justifica uma vez que o perfil de gastos do SUS em Presidente Prudente no ano 2000 demonstra um quadro de internações da população nesta faixa etária (365 por 1000 hab) bem acima da média do Estado (17 por 1000

¹ Mestrando do curso de pós-graduação em Geografia da Unesp, Campus de Presidente Prudente

² Docente do Departamento de Geografia da Unesp, Campus de Presidente Prudente

hab). Ao mesmo tempo, verifica-se no município em questão uma tendência favorável à expansão dos cuidados básicos e ambulatoriais, não evidenciando um aumento significativo em investimento e em custeio para as ações preventivas. Acrescenta-se a isto, o fato da localização espacial destes pacientes, na sua quase totalidade, concentrar-se em áreas de exclusão social da cidade. A localização daqueles que buscaram atendimento, na maioria, coincide-se com as mesmas onde estão os óbitos causados pela doença em questão. Há áreas onde a média de internação de menores de um ano é superior ao do município em geral (4 para cada 10 crianças).

Este dado nos faria supor que nestas áreas há uma maior necessidade de atenção médica. Porém, quando estes são cruzados com os coeficientes de mortalidade infantil por causa específica (doenças respiratórias), o estudo realizado em Presidente Prudente para o ano 2000 demonstrou que as áreas prioritárias são outras, o que nos coloca a questão da eficiência dos gastos efetuados no município. Tais ocorrências tornam evidente a necessidade de incorporar no planejamento das ações de saúde do município, as múltiplas escalas de desigualdade de condições.

Com base neste tipo de análise, estamos propondo a incorporação de elementos da leitura geográfica da realidade intra-urbana para compreender os gastos e a distribuição espacial dos recursos empregados nos serviços de saúde, para que possamos apontar as experiências locais que efetivamente estão investindo na integralidade das ações preventivas e curativas.